



Política pública de turismo: O Plano Municipal de Turismo de Carandaí/MG 2022-2026¹

Mariza Helena Mateiro Vieira²

RESUMO

Este trabalho trata do Plano Municipal de Turismo de Carandaí/MG para os anos de 2022 a 2026. Para isso, realiza uma revisão de literatura que busca contextualizar histórica e conceitualmente o termo turismo; discutir elementos fundamentais sobre política pública em turismo, tais como: o turismo enquanto agente de transformação, desenvolvimento endógeno e desenvolvimento sustentável, planejamento e desenho de políticas de fomento ao turismo; e, descreve e contextualiza políticas públicas de turismo no Brasil e em Minas Gerais. Assim, procede, então, uma pesquisa descritiva cujo método inclui pesquisa bibliográfica e documental, baseada em materiais como livros, *papers*, periódicos, artigos e leis. Assumindo como problema a seguinte questão: “Como foi elaborado o Plano Municipal de Turismo de Carandaí -MG para os anos de 2022 a 2026?”. Cujo desenvolvimento se dá com objetivo de analisar o Plano Municipal de Turismo sob a luz da cadeia causal de políticas públicas, dos passos propostos pela literatura para o desenho de políticas turísticas e da avaliação de viabilidade de seus objetivos. Por fim, destaca como conclusão que muito embora alguns ajustes e complementos possam ser feitos no âmbito do Plano, pode-se verificar em seu conteúdo satisfatória coerência com as ferramentas utilizadas para sua análise e com a complexidade que o tema turismo e o contexto da realidade da cidade nos dias atuais exigem.

Palavras-chave: Turismo. Política pública. Carandaí.

ABSTRACT

This work deals with the Municipal Tourism Plan of Carandaí/MG for the years 2022 to 2026. To this end, it carries out a literature review that seeks to historically and conceptually contextualize the term tourism; discuss fundamental elements of public policy in tourism, such as: tourism as an agent of transformation, endogenous local development and sustainable development, planning and designing policies to promote tourism; and, describes and contextualizes public tourism policies in Brazil and Minas Gerais. Thus, descriptive research is carried out, the method of which includes bibliographic and documentary research, based on materials such as books, papers, periodicals, articles and laws. Assuming the following question as a problem: “How was the Carandaí -MG Municipal Tourism Plan prepared for the years 2022 to 2026?”. The development of which takes place with the aim of describing and analyzing the Municipal Tourism Plan in light of the causal chain of public policies, the steps proposed

¹ Aprovado pela Banca e Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Pós- Graduação em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional (Especialização) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) composta por Prof. Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta (orientador) e Prof. Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior.

² Licenciada em Música pela UFSJ, Bacharel em Administração Pública pela UFSJ, Secretária Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Carandaí/MG.



in the literature for the design of tourism policies and the assessment of the feasibility of its objectives. Finally, it highlights as a conclusion that although some adjustments and complements can be made within the scope of the Plan, its content can be seen to be satisfactorily coherent with the tools used for its analysis and with the complexity that the theme of tourism and the context of reality of the city today demand.

Keywords: Tourism. Public policy. Carandaí.

Submetido em 06/03/2024. Aprovado em 06/03/2024.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do Plano Municipal de Turismo de Carandaí/MG para os anos de 2022 a 2026, cuja implementação busca responder à complexidade do tema e do cenário regional, promovendo a atividade e seus efeitos no que tange ao desenvolvimento do município.

Turismo é um conceito que vem sendo construído desde os primórdios das civilizações humanas quando estas já realizavam viagens para os mais distintos fins, tais como lazer, entretenimento, negócios e disputas. Na medida em que as sociedades humanas evoluem, a maneira de se realizar turismo também se modifica, acompanhando os grandes marcos temporais e transformações da humanidade como as Revoluções Industriais e a as demandas por cultura e conhecimento. Até que chega aos dias atuais como um conceito que deve ser capaz de englobar todas as interações entre aquele que se desloca de seu local de habitação comum e o núcleo que o recebe em busca dos mais diversos fins.

A atividade turística possui grande potencial multiplicador, forte capacidade transformadora da realidade, dada suas relações com o consumo, produção, desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional e local e sustentabilidade. É, no entanto, justamente por esse potencial transformador e seu caráter híbrido, de causar tanto efeitos positivos quanto degradação que o turismo exige claro e sólido planejamento, no que diz respeito às políticas públicas de fomento. Planejamento já amplamente discutido pela literatura.

A política pública de turismo no Brasil, desde o final do século XX, segue uma tendência de abordagem voltada a regionalização e municipalização como meio de organização e fomento da atividade, tal como foi implementado e bem sucedido em outros países, sobretudo, no Estado de Minas Gerais. O que confere aos municípios mineiros grande e importante responsabilidade quanto à organização, planejamento, controle e avaliação de políticas públicas em turismo em seus territórios.

Neste sentido, este trabalho aborda a elaboração do Plano Municipal de Turismo de Carandaí – MG 2022-2026, município do interior de Minas Gerais com área de 486,409 km², população de 23.341 habitantes, considerado o maior horticultor do Estado. É cortado pela antiga Estrada de Ferro Central do Brasil e pela Rodovia JK (BR-040) e parte da Estrada Real.

Para tanto, realiza uma pesquisa descritiva cujo procedimento se baseia em pesquisa bibliográfica e documental fundada em materiais como livros, artigos científicos e leis, sobre a elaboração do Plano Municipal de Turismo de Carandaí – MG 2022-2026. Norteada pela pergunta-problema: “Como foi elaborado o Plano Municipal de Turismo de Carandaí -MG para os anos de 2022 a 2026? E baseada no objetivo de analisar o Plano à luz da cadeia causal do desenho de políticas públicas, das etapas do planejamento de políticas turísticas selecionado na literatura e da análise da viabilidade dos objetivos do Plano.



Em sua primeira parte, contextualiza histórica e conceitualmente o termo turismo, discute elementos essenciais ao entendimento do fomento do turismo, tais como: os efeitos regionais do turismo, desenvolvimento econômico, desenvolvimento local endógeno e desenvolvimento sustentável, examina aspectos conceituais e metodológicos acerca do planejamento de políticas públicas e sistematiza a evolução histórica das políticas públicas de turismo no Brasil e em Minas Gerais. Na segunda parte descreve aspectos metodológicos, em termos, gerais, a cadeia causal de políticas públicas, as etapas de planejamento de políticas públicas e o quadro de análise de viabilidade de objetivos de políticas públicas. Na terceira parte procede a descrição e análise do Plano Municipal de Turismo de Carandaí – MG 2022-2026 à luz dos elementos metodológicos citados, E por fim, discute algumas considerações finais e conclusões.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Turismo: contextualização histórica e conceitual

O conceito de viagens surge e acompanha o desenvolvimento das civilizações ao longo da história. Estavam presentes nas sociedades nômades que se deslocavam em busca de sobrevivência, no contexto dos exércitos que viajavam em função de conflitos territoriais e guerras, na vida grega com motivações religiosas e recreativas como os jogos olímpicos, nas dinastias egípcias para negócios e recreação e nas civilizações asiáticas para lazer.

Na Idade Antiga, já existiam centros de alojamento ao longo de estradas e nas cidades para acomodar os viajantes. Nos séculos XIV e XV, tornaram-se comuns viagens destinadas exclusivamente à experiência e ao conhecimento. Aproximadamente entre 1600 e 1800 consolidou-se o que foi chamado de *Grand Tour*, viagens que se tornaram moda, exclusivas de jovens, homens, nobres, em busca de conhecimento e cultura, tendo como destino principal a Itália (Lenz, 2011).

A atividade de turismo, propriamente dita, teve início na década de 1840, na Inglaterra, através das iniciativas de Thomas Cook, considerado por muitos como o “pai” do turismo. Cook realizou a primeira viagem, devidamente organizada, oficialmente registrada da história do turismo. Inaugurou o que seria a primeira agência de turismo. Tornou-se, também, o primeiro a exercer o papel de guia de turismo do mundo; e, escreveu e imprimiu documentos que na atualidade, seriam chamados de guias turísticos (Ignarra, 1999).

Para Lenz (2011), as agências de viagens representam um salto em conforto e comodidade para os viajantes, facilitando o deslocamento das pessoas, já que, além de guias turísticos, ofereciam também alojamento, transporte, alimentação, entretenimento e outras comodidades aos viajantes.

Outro contexto que deve ser considerado um propulsor do turismo foi o advento das tecnologias relacionadas à Revolução Industrial, que promoveram intensos avanços sobre os meios de transporte, locomotivas, navios, na indústria automobilística e aeronáutica, permitindo melhorias nos deslocamentos dos viajantes. Promoveram, também, desenvolvimento nas comunicações e rapidez na circulação de informações. E, ainda, foi um período de elevação da renda das classes mais elevadas e de disseminação das férias remuneradas. Elementos que unidos constituem-se em terreno fértil para o sucesso da atividade turística.

Já no que se refere ao século XX, a literatura costuma apresentar o desenvolvimento do turismo passando por quatro fases. Na primeira viu-se um turismo marcado pela curiosidade,



contemplação, inserção. Na segunda, o turismo torna-se elitista, com excessivo consumo de produtos e serviços. Na terceira, ocorre a massificação do turismo. E na quarta, por fim, a partir da década de 1980, consolidou-se o caráter capitalista do turismo, com mercados saturados e inovações capazes de fomentar o setor. Surgiram novos e inusitados destinos, demandas segmentadas, consumidores exigentes e oferta de múltiplos serviços e produtos (Pinto, 2010).

Quanto à conceituação, em si, o que se observa é que ao longo da história não houve um conceito de turismo universal, ou seja, uma definição de aceitação unânime em termos globais. Na literatura existe muita reflexão sobre este conceito, há conceitos que divergem de nação para nação ou órgão para órgão. Muitos esforços são realizados no sentido da elaboração de um conceito mais completo e aceito possível de turismo, mas alguns pontos de divergência ainda permanecem.

A despeito desta questão, a primeira definição de turismo foi dada pelo economista austríaco Schattenhofen (1911):

“[...] turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (Schattenhofen, 1911 *apud* Barretto, 1995, p. 9).

Já ao final do século XX, Roberto McIntosh (1977) definiu turismo como:

“[...] turismo pode ser definido como ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos” (Mcintosh, 1977 *apud* Beni, 2001, p. 34).

E, Barretto (1991), como, essencialmente o movimento de pessoas e atendimento às suas necessidades, assim como às necessidades das outras pessoas que viajam. O turismo é então, o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor e todas as atividades decorrentes dessa interação”.

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2024), por sua vez, cujo conceito de turismo parece ser o mais disseminado e citado tanto pela literatura acadêmica, quanto por órgãos e instituições públicas e privadas, define turismo como sendo um fenômeno de aspecto social, cultural e econômico diretamente relacionado com o deslocamento de pessoas para lugares fora do seu ambiente pessoal, desde uma localidade próxima, até outro país. O turismo engloba não só as atividades desses indivíduos, mas também suas despesas com serviços, como transporte, hospedagem e comércio. E pode ter como motivação um espectro muito amplo que vai do lazer e recreação à saúde.

No contexto deste trabalho, as definições de Barreto e OMT se complementam formando um conceito amplo e moderno, suficientemente consistente para a abordagem proposta. Amplo, no sentido em que o descreve como fenômeno de aspecto social, cultural e econômico diretamente relacionado com o deslocamento de pessoas, incluindo todas as atividades relacionadas às necessidades advindas das relações, não apenas entre o turista em seu sentido estrito, mas entre todos que viajam e o núcleo receptor. E ainda, um conceito moderno que considera turismo deslocamentos desde uma localidade próxima, até outro país, uma, diversas atividades, serviços e despesas, e diversas motivações.



Na atualidade, os países que mais atraem turistas no mundo são França, Espanha e Estados Unidos. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro se consagrou como principal destino turístico tanto de visitantes internacionais quanto nacionais (OMT, 2024).

2.2 O efeito multiplicador do turismo: desenvolvimento e sustentabilidade

O Turismo é uma atividade especialmente importante por seu efeito multiplicador. Muito embora o termo multiplicador no âmbito do turismo não tenha sido usado em seu sentido exato, conforme foi cunhado, ele tem sido amplamente apropriado e utilizado para explicar a capacidade inerente da atividade de propagar seus efeitos para além de sua esfera estrita.

Quando se fala em efeito multiplicador do turismo, essencialmente se quer dizer que a atividade turística possui intrinsecamente alto potencial de propagar seus efeitos para outros setores, alto efeito transformador. Ou seja, que a cada implementação de parcela de renda, emprego, ou outros aspectos do desenvolvimento econômico ocorridos na esfera do turismo, se propagará proporcionalmente para outros setores algum efeito correlato.

Para Lenz (2011), de fato, o turismo é uma atividade que propicia geração de empregos diretos e indiretos; comercialização de produtos locais; fomenta melhorias de infraestrutura e de equipamentos urbanos; estimula preservação ambiental e cultural e desenvolvimento local e regional.

Neste sentido, o turismo é uma atividade potencialmente capaz de gerar desenvolvimento econômico que Segundo Bresser-Pereira (2006), é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante, o que implica em melhoria do padrão de vida de determinada população. É um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É um objetivo fundamental.

Do mesmo modo, para Hanai (2011), o turismo se vincula à perspectiva do crescimento local. O crescimento local é um processo endógeno de mudança capaz de mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, em que assegura a conservação dos recursos naturais locais. Ele acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. O turismo promove o desenvolvimento local endógeno à medida em que propicia melhorias nos espaços onde as atividades turísticas são desenvolvidas sustentavelmente.

Coriolano (2012), acrescenta que o desenvolvimento local é aquele realizado de forma participativa, de forma a atender às necessidades dos locais, valorizando pequenas empresas locais e peculiaridades históricas, culturais e ambientais dos lugares. A participação social no processo de planejamento é de fundamental importância nesse processo de desenvolvimento do turismo no território.

Buarque (2004), avança, e contribui com a presente discussão, abordando o desenvolvimento local sustentável como um processo que é a combinação de elevação das oportunidades da sociedade, crescimento e eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social à partir de sólido compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

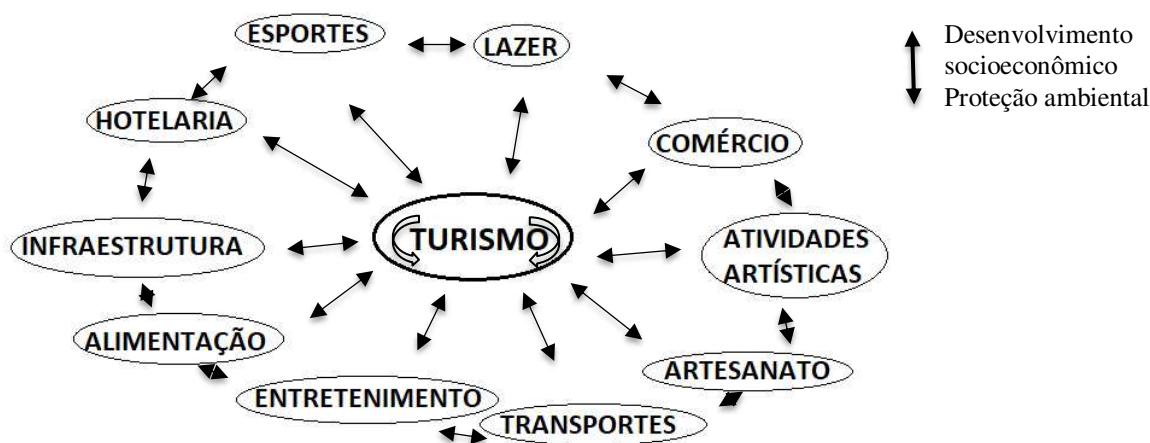
O qual se relaciona ao turismo sustentável (ou sustentabilidade no turismo), aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (OMT, 2003, p. 24). Ou, em outras palavras, um turismo que:



...busca atender às atuais necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, enquanto conserva os recursos naturais e mantém a integridade cultural da população local, promovendo a responsabilidade coletiva e a satisfação das expectativas dos turistas de maneira que a atividade possa continuar indefinidamente proporcionando os benefícios propostos (Hanai, 2011. p. 14).

A figura 1 compila o debate proposto nesta seção, com a intenção de representar o efeito transformador e multiplicador do turismo no que tange ao desenvolvimento econômico, local endógeno e à sustentabilidade.

Figura 1 – O efeito multiplicador do Turismo



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, é preciso destacar, conforme explica Becker (2002), que o turismo é uma atividade híbrida, que pode trazer desenvolvimento, mas que também tem potencial para a degradação ambiental e social. Para Silva e Miranda (2006) as iniciativas de promoção do turismo podem trazer os benefícios até aqui explicitados desde que seja desenvolvido através de um planejamento da atividade em âmbito nacional, estadual e municipal e gerido de uma maneira a minimizar os possíveis impactos negativos. (Silva e Miranda, 2006).

O que implica que é a política pública, o planejamento, a educação turística, a elaboração de planos municipais de desenvolvimento turístico, no contexto de um processo participativo, que transformarão, de fato, a ampliação do turismo em determinado território, um fator de desenvolvimento econômico, local e sustentável.

2.3 Políticas públicas turísticas: a importância do planejamento

Toda política pública parte de uma situação problema que precisa ser modificada e se fundamenta na busca de uma situação futura desejada. o programa ou projeto é o elo entre uma situação problemática atual e uma situação futura desejada.



Isso implica que toda política pública contém em si, de forma, mais ou menos implícita, um conjunto de hipóteses que norteia sua formulação, a estrutura, o desenho lógico do programa ou do projeto. O qual explicita uma suposição de que, ao realizar determinadas atividades, serão gerados produtos e que estes produtos podem modificar, por exemplo, comportamentos da população e gerar efeitos e impactos. Em outras palavras, o desenho de uma política carrega em si uma teoria, uma hipótese, uma ideia sobre como determinados meios convergem para um fim, para uma mudança, para um ou vários objetivos (FJP, 2021).

Para que o programa, projeto, plano ou planejamento cumpra sua função, de transformar uma situação problemática em uma situação futura desejada, seu desenho, sua metodologia ou seu marco lógico, deve encadear insumos para a realização de atividades que convergem produtos, que por sua vez, geram efeitos e impactos positivos na realidade.

Dois pontos importantes sobre o turismo devem ser reiterados, o primeiro, seu efeito multiplicador, ou, sua capacidade de promover desenvolvimento. E, o segundo, a necessidade de que este desenvolvimento seja cuidadosamente planejado, levando em consideração o caráter híbrido do turismo de potencial de causar benefícios ou degradação quando não controlado.

Com isso, qualquer ação de fomentar, incentivar e promover o desenvolvimento do turismo, deve ter como premissa que o alcance dos objetivos que pleitear depende, sobretudo, do planejamento, que envolve, profundo conhecimento da realidade com a qual trabalhar, das ferramentas a serem utilizadas e de seus objetivos. No âmbito do planejamento turístico é preciso lembrar, ainda, da complexidade da atividade e da gama de variáveis envolvidas.

Segundo Barreto (1991), o planejamento é um processo ativo, dinâmico, e possui muitos fatores concomitantes que necessitam ser analisados e coordenados para se alcançar um objetivo possível e satisfatório:

... é a organização sistemática de um conjunto de ideias e decisões, de forma integrada. Consiste na definição de objetivos, ordenação dos recursos materiais e humanos, na determinação de métodos, tempo, indicação de localização espacial. É uma ação voltada para o futuro (Binfaré, 2015, p. 07).

Quando se trata de planejamentos relacionados ao turismo, o cuidado com tais elementos, talvez precise ser ainda maior, uma vez que implica uma gama enorme de variáveis extremamente vulneráveis, como pessoas, fluxos de pessoas, hospitalidade, receptividade, receita, renda, investimentos, cultura, infraestrutura, serviços, apoio, segurança e até mesmo saúde (conforme provou a Covid 19). Para tanto, exige alta qualidade no que se refere à pesquisa social, pessoal qualificado e alta clareza de dados, diretrizes e objetivos

Conforme explicam Silva e Miranda (2006), com essa característica, de articulação com outros segmentos, o planejamento turístico precisa ser integrado com diferentes setores privados e da administração pública. Uma integração suficiente e profunda requer interação entre todos os setores de governo e da sociedade.

Silveira (2002), por sua vez, destaca que a função do planejamento é nortear o crescimento turístico de modo a compatibilizar os fatores econômicos com os fatores de ordem social e ambiental, determinando metas e objetivos precisos e disponibilizando os meios próprios para os atingir.

No caso específico do turismo, Barreto (1991) afirma que além da necessidade de sistematizar e adaptar o movimento turístico ao destino, ou seja, a uma situação futura melhor, ainda, é preciso atender às expectativas da demanda, contemplando os direitos dos moradores,



no que se refere à urbanização, meio ambiente, cultura e relações sociais. O que implica em alta necessidade do estabelecimento de etapas para efetivação do processo de planejamento turístico.

Vários autores indicam as etapas para o desenho de um plano de fomento ao turismo. Sendo o conjunto de etapas de Barreto (1991), um dos mais mencionados na literatura e também mais completo, por estabelecer um número maior de etapas, permitindo que sejam mais claras e específicas. São elas, segundo a interpretação de Binfaré (2015):

i) Estudo diagnóstico: trata da investigação, reflexão e compreensão da realidade bem como identificação de fatos e tendências;

ii) Definição de objetivos: é a tomada de decisão em que se definem o estado das coisas que se pretende atingir com a ação planejada. É preciso clareza e legitimação;

iii) Implantação e execução: instalação, execução e funcionamento do empreendimento. É a ação;

iv) Controle: acompanhamento com vistas à verificação da correspondência com o planejado, identificação e correção de desvios e/ou bloqueios e fornecimento de subsídios para a etapa seguinte;

v) Avaliação do trabalho: uma crítica pura ou orientada para um replanejamento. Deve considerar não apenas os resultados, mas também a efetivação dos objetivos. O desempenho de todo o projeto é analisado.

2.4 Turismo: do Brasil a Minas Gerais

Muitos fatos importantes caracterizam os primórdios da história do turismo no Brasil, dentre eles, Santos (2010) destaca: a expedição de Von Humboldt, naturalista alemão que veio em viagem pesquisar flora e fauna brasileira; o desenvolvimento urbano que acompanhou a chegada da corte portuguesa ao Brasil; a fundação da Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas; a inauguração do trem para subir o Corcovado, o Hotel Avenida, no Rio de Janeiro e a criação de empresa de aviação, futuramente denominada Varig.

No que se refere às políticas públicas, entretanto, foi na década de 1930 que o Estado começa uma tentativa de regulamentação de atividades relacionadas ao turismo, promulgando o Decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que prevê a necessidade de “autorização governamental para a atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias”. Depois, em 1939, cria a Divisão de Turismo através do Decreto-lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Em 1940, edita-se o Decreto-Lei 2.440/40, dedicado às empresas e agências de viagens e turismo (Santos, 2010).

Segundo Pimentel e Pimentel (2019), é a partir da década de 1960 que as políticas em turismo se consolidam na agenda pública, e formalizam-se no arranjo organizacional estatal. O turismo passa a integrar o projeto nacional brasileiro com o único objetivo de promover desenvolvimento econômico nos moldes das economias líderes mundiais.

Entre 1950 e 2000, segundo Santos (2010), o governo promulgou leis voltadas ao turismo. Em 1958, criou a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Em 1966, implantou o Sistema Nacional de Turismo e criou o Conselho Nacional do Turismo (CNTur), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e outros. Em 1993, criou e regulamentou a profissão de Guia de Turismo. Em 1996, lançou o “Plano Nacional de Turismo: diretrizes e programas – 1996/1999”, que seria atualizado várias vezes, posteriormente. Para Pimentel e



Pimentel (2019), na década de 1990, o turismo não apenas permanece na agenda, mas se torna prioridade para os governos.

Para Knupp & Mafra (2012), desde meados da década de 90, o governo brasileiro vem apontando diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística de forma descentralizada. No entanto, o Ministério do Turismo foi criado apenas em 2003, sendo este um importante passo para evolução das políticas de turismo do país.

Em 2003, ocorreu a publicação das “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”. Em 2004, a criação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com o objetivo de “estimular em todo o país a adoção de um novo modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional, e na sinergia de decisões (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012),

Em 2008 foi criada a Lei 11.771 de 17 de setembro de 2008, que estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos (Brasil, 2008).

Segundo Sette *et. al.* (2014), no estado de Minas Gerais, a política de regionalização do turismo, cuja base territorial se dá por meio dos Circuitos Turísticos, se constituiu antes da diretriz nacional, através da Secretaria de Estado de Turismo (SETUR/MG) em 2001. A SETUR, foi criada em 1999, e deu início a uma política pública de turismo descentralizada, nos moldes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), ao buscar, por meio da sensibilização e mobilização, formar unidades gestoras do turismo em nível municipal e regional:

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) é o programa desenvolvido pela EMBRATUR que visa a implementar um modelo descentralizado e participativo na gestão da atividade turística, contando com o apoio técnico e consultoria da Organização Mundial do Turismo. O PNMT leva ao município profissionais que trabalham na conscientização e capacitação da comunidade, com intenção de fazê-la reconhecer a importância e a dimensão do Turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação, tendo como resultado final o Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo (Costa, 2003, p. 2).

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, foi o grande impulsionador da concepção de região turística como a base para o planejamento e o ordenamento da oferta turística, como uma diretriz de desenvolvimento turístico com base regional, estimulando a formação de redes de cooperação intersetoriais (Ministério do Turismo, 2012, Sette *et. al.* 2014).

Neste contexto, as associações dos Circuitos Turísticos passam a protagonizar a implementação da política de turismo, por se constituírem em instâncias de governança regionais, capazes de alinhar as políticas estadual e nacional e representar sólidas redes de gestão para o desenvolvimento do turismo, estimulando e desenvolvendo a participação social, o compartilhamento de responsabilidades e a cooperação multissetorial (Sette *et. al.*, 2014).

Importante avanço no que tange à regionalização como base das políticas públicas turísticas, em Minas Gerais, cuja iniciativa inclusive tem servido de referência e inspiração para outros estados, é a inclusão do critério “turismo” na Lei Estadual no 18.030 de 2009, que dispõe



sobre a distribuição aos municípios mineiros de parcela da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Uma grande conquista para os municípios mineiros foi a inclusão do critério “turismo” na distribuição de parcela de arrecadação do ICMS estadual, nos termos da Lei n.º 18.030/2009.

Minas Gerais é o único estado da federação que repassa incentivos financeiros aos municípios para que possam trabalhar gestão turística, nos termos da legislação federal e estadual.

[...] o ICMS Turismo atua como motivador e catalisador de ações, visando estimular a formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável, em especial os que se relacionam com as políticas para o turismo dos governos estadual e federal.

Para se habilitar ao repasse, anualmente, o município deverá comprovar o cumprimento dos seguintes critérios obrigatórios:

- Participar do Programa de Regionalização do Turismo no estado de Minas Gerais;
- Ter elaborada e em implementação uma política municipal de turismo;
- Possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), constituído e em regular funcionamento;
- Possuir Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), constituído e em regular funcionamento.

[...] O percentual do ICMS Turismo a ser repassado para os municípios é definido com base no cálculo do índice de investimento em turismo do município e o somatório dos índices de investimento em turismo de todos os municípios habilitados a receber o incentivo - fórmula matemática estabelecida pela Lei n.º 18.030/09 – (SECULT, 2019, p. 01).

O ICMS Turístico implementado em Minas Gerais faz parte de um conjunto de estratégias de descentralização de recursos com a finalidade de estimular a consolidação de uma gestão municipal voltada para o turismo, e acaba tendo como resultado o incentivo ao aumento dos investimentos no turismo local, a promoção de melhorias nos serviços, oferta de mais atrações. O que resulta, por fim, no fortalecimento do turismo no interior do Estado.

Nos anos de 2019 e 2020, no contexto da pandemia Covid-19, surgiu, também, no Brasil o programa “A Retomada do Turismo”, uma aliança nacional que reúne poder público, iniciativa privada e terceiro setor, coordenada pelo Ministério do Turismo, para mitigar os efeitos negativos causados no setor, em decorrência da pandemia da Covid-19. Por meio de um ato normativo, o Ministério do Turismo instituiu os eixos de atuação e parâmetros para desenvolvimento de programas, projetos e ações para a retomada, organizados em quatro eixos de atuação: preservação de empresas e empregos no setor de turismo; melhoria da estrutura e qualificação de destinos; implantação dos protocolos de biossegurança; e promoção e incentivo às viagens (Brasil, 2020).



3 Metodologia

Este trabalho trata do Plano Municipal de Turismo de Carandaí, cidade histórica do interior de Minas Gerais. Para tanto, contextualiza o turismo historicamente, discute o conceito de turismo, analisa brevemente o pensamento turístico brasileiro e analisa a construção do Plano Municipal de Turismo de Carandaí para o período de 2022 a 2026.

Adota como pergunta chave na orientação de suas discussões a seguinte questão: “Como foi elaborado o Plano Municipal de Turismo de Carandaí -MG para os anos de 2022 a 2026? E como objetivo analisar o Plano Municipal de Turismo de Carandaí – MG, para os anos de 2022 a 2026.

Caracteriza-se como pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, cujos procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica e documental baseada em livros, documentos, artigos científicos, leis e outras fontes de informações.

Os livros e artigos permitiram, primeiro, construir a fundamentação teórica acerca da contextualização histórica e conceitual do Turismo, para que a pesquisa pudesse se basear em um conceito de turismo não só bem edificado em termos conceituais atuais, mas também cuja construção histórica fosse compreendida. Segundo, construir bases teóricas e conceituais para o entendimento do efeito multiplicador do turismo, ou, do turismo enquanto agente modificador das realidades locais no contexto da dinâmica do desenvolvimento econômico, desenvolvimento local endógeno, e ainda, do desenvolvimento sustentável. E, terceiro, propiciar o entendimento do processo de planejamento de políticas públicas, sobretudo no que tange à importância, elementos e passos do planejamento das políticas, projetos e planos turísticos.

Os documentos, leis, e suas respectivas interpretações e análises por nomes reconhecidos na literatura deram sustentação ao entendimento da evolução, numa perspectiva geral, das políticas públicas de turismo no Brasil e no Estado de Minas Gerais. E, assim, à descrição e análise do Plano Municipal de Turismo de Carandaí – MG 2022- 2026.

Para descrição e análise do Plano Municipal de Turismo de Carandaí – MG 2022- 2026 são usadas três ferramentas:

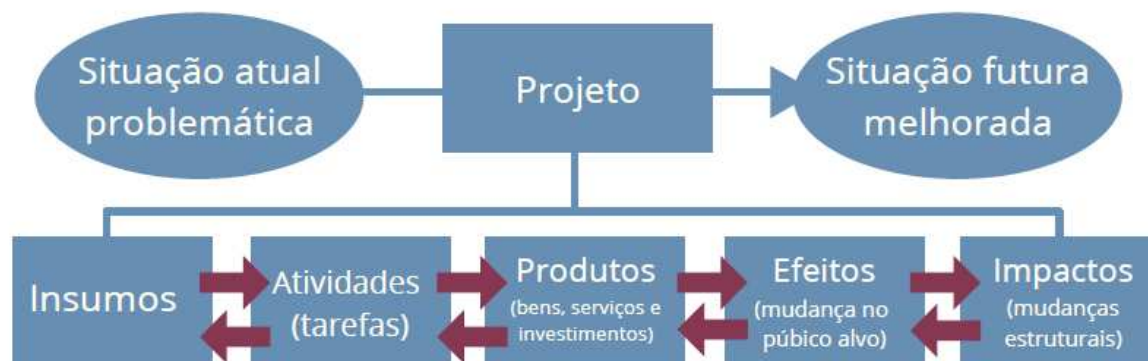
- 1) A cadeia causal de política pública, que permite descrever o processo de criação do Plano enquanto um Marco Lógico da Política turística Municipal de Carandaí.

A cadeia causal de políticas públicas reflete o pressuposto de que toda política pública contém um conjunto de hipóteses, ou, uma suposição de que, ao realizar determinadas atividades, serão gerados produtos e que estes produtos podem modificar determinados fatores e comportamentos por eles alcançados, gerando, portanto, efeitos e impactos. É a representação de como certos meios convergem para um fim, para uma mudança, para um objetivo (FJP, 2021).

O programa ou projeto é o elo entre uma situação problemática atual e uma situação futura melhor. Para cumprir sua função, o projeto deve ser capaz de encadear insumos para a realização de atividades que se transformarão em produtos, que, por sua vez, geram efeitos e impactos positivos no público e na realidade afetada pelo problema que lhe deu origem (FJP, 2021).



Figura 2 – Cadeia causal do desenho de política pública



Fonte: FJP (2021).

- 2) As etapas para desenho de um plano de fomento ao turismo, segundo Barreto (1991).

Quadro 1 – Etapas do Desenho do Plano de Fomento ao Turismo

Etapa	Descrição
1 Estudo diagnóstico	Investigação, reflexão e compreensão da realidade bem como identificação de fatos e tendências
2 Definição de objetivos	Tomada de decisão em que se definem o estado das coisas que se pretende atingir com a ação planejada. É preciso clareza e legitimação
3 Implantação e execução	Instalação, execução e funcionamento do empreendimento. É a ação
4 Controle	Acompanhamento com vistas à verificação da correspondência com o planejado, identificação e correção de desvios e/ou bloqueios e fornecimento de subsídios para a etapa seguinte
5 – Avaliação	Crítica pura ou orientada para um replanejamento. Deve considerar não apenas os resultados, mas também a efetivação dos objetivos. O desempenho de todo o projeto é analisado

Fonte: Elaboração própria com base em Barreto (1991).



- 3) A análise dos objetivos do plano, com avaliação da viabilidade numa escala de 0 a 5. Sendo 0 nada viável e 5 totalmente viável

Quadro 2 – Análise de Viabilidade de Objetivos

Objetivo 1		Nível de viabilidade 0 a 5
Limitações	Propulsores	
Objetivo 2		Nível de viabilidade 0 a 5
Limitações	Propulsores	

Fonte: Elaboração própria.

4 O Plano Municipal de Turismo de Carandaí

Carandaí é um município do interior de Minas Gerais com área de 486,409 km², população de 23.341 habitantes, considerado o maior horticultor do Estado. É cortado pela antiga Estrada de Ferro Central do Brasil e pela Rodovia JK (BR-040) e parte da Estrada Real. Possui diversos atrativos como O Coreto situado na Praça Barão de Santa Cecília; o Cruzeiro, vários Hotéis Fazenda; o Calçadão, várias cachoeiras, e restaurantes dedicados a comidas típicas. Também possui várias atrações culturais como as danças de Congado, a Corporação Musical Santa Cecília, o Coral Vozes Para Cristo da Igreja Presbiteriana de Carandaí e o Carnaval (Carandaí, 2024).

Esta breve descrição da cidade já deixa evidente que, como diversas cidades do interior mineiro, Carandaí tem o turismo como um de seus pontos fortes no que diz respeito ao sustento da cidade. O que implica na valorização da atividade enquanto agente multiplicador de geração de emprego e renda, circulação de divisas, investimentos dos setores público e privado, desenvolvimento social, educação, cultura e lazer.

Ao longo das últimas décadas, o turismo na cidade de Carandaí esteve a cargo da Secretaria de Educação. Apenas em 2011, ainda no contexto desta secretaria foi criado o Conselho Municipal de Turismo e instituído o Fundo Municipal do Turismo, pela Lei 1972/2011 (Carandaí, 2011).

O Conselho foi criado com o objetivo de implantar a política municipal de turismo junto ao Departamento Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, sendo este um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento, para promover e incentivar o desenvolvimento sustentável do Município através do turismo, considerando os fatores ambientais, econômicos, socioculturais e político-institucionais. Do qual passam a fazer parte: um representante das empresas do setor de alimentos; um representante das empresas do setor de transporte; um representante do setor de artesanato; um representante do Circuito Turístico Nascente do Rio Doce (ao qual o Município era conveniado na época).

Já o Fundo Municipal do Turismo, foi instituído com o objetivo de: fomentar as atividades relacionadas ao turismo no município, visando sempre à promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção e preservação do patrimônio natural, cultural, histórico e



artístico para a promoção do desenvolvimento sustentável do turismo no município; melhorar a infraestrutura urbana e rural destinadas ao turismo; e, treinar e capacitar membros e órgãos vinculados ao turismo municipal, especialmente os membros do COMTUR; criar e manter serviços de apoio ao turismo.

Desde então vem sendo criado o Plano Municipal de Turismo, a cada 4 anos, com o objetivo de orientar o planejamento para o desenvolvimento qualitativo do setor turístico em Carandaí, de forma integrada, controlada e sustentável.

Em 2020, entretanto, através da Lei 2352/2020 foi criada a Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, enquanto um órgão do poder público municipal de gestão da atividade turística, e com mão de obra especializada, oriundo do entendimento da necessidade de se viabilizar o desenvolvimento do turismo na cidade de Carandaí.

A partir deste passo, que possibilitou maior autonomia, recursos e pessoal qualificado, vislumbrou-se novas perspectivas para a criação de um Plano Municipal de Turismo 2022-2026 (Carandaí, 2021) que fosse inovador, capaz de atender aos desafios atuais, e se tornar referência.

Assim, foi elaborado o Plano Municipal de Turismo 2022-2026. O problema definido para nortear o plano, foi: “Como promover a organização e o desenvolvimento sustentável do sistema turístico municipal?”

Para tanto, foi elaborado um diagnóstico do contexto municipal, no qual foi identificado potencial para turismo histórico, cultural, rural, agroturismo, de eventos, esportivo, ecoturismo e turismo de aventura, bem como listada toda infraestrutura, recursos naturais e eventos relacionados a este potencial.

Outro ponto importante neste diagnóstico, fundamental para o sucesso do plano, foi a identificação de oportunidades e ameaças externas e forças e fraquezas internas do município no que se refere ao desenvolvimento do turismo. Por exemplo: Receber turistas o ano todo, foi considerado uma oportunidade externa, enquanto o aumento de destinos turísticos similares foi considerado uma ameaça externa. Pertencer à Estrada Real, foi considerado uma força interna, enquanto o atendimento de bares e restaurantes foi considerado uma fraqueza.

Em seguida, foi estabelecido como objetivo geral “Promover a organização e o desenvolvimento sustentável do sistema turístico municipal”. E como objetivos específicos atrelados cada um a eixos estratégicos, quais sejam:

- i) Integrar a política pública de patrimônio cultural à economia turística local;
- ii) Promover a qualificação da mão-de-obra do mercado turístico;
- iii) Promover a integração da comunidade local junto à atividade turística;
- iv) Fomentar e apoiar eventos locais, tais como festivais de gastronomia;
- v) Implantar roteiros turísticos nos territórios rurais do município fortalecendo sua identidade de “Celeiro de Minas”; e,
- vi) Ampliar a promoção turística e monitorar a demanda do turismo local através de pesquisa e fortalecimento do marketing turístico local.

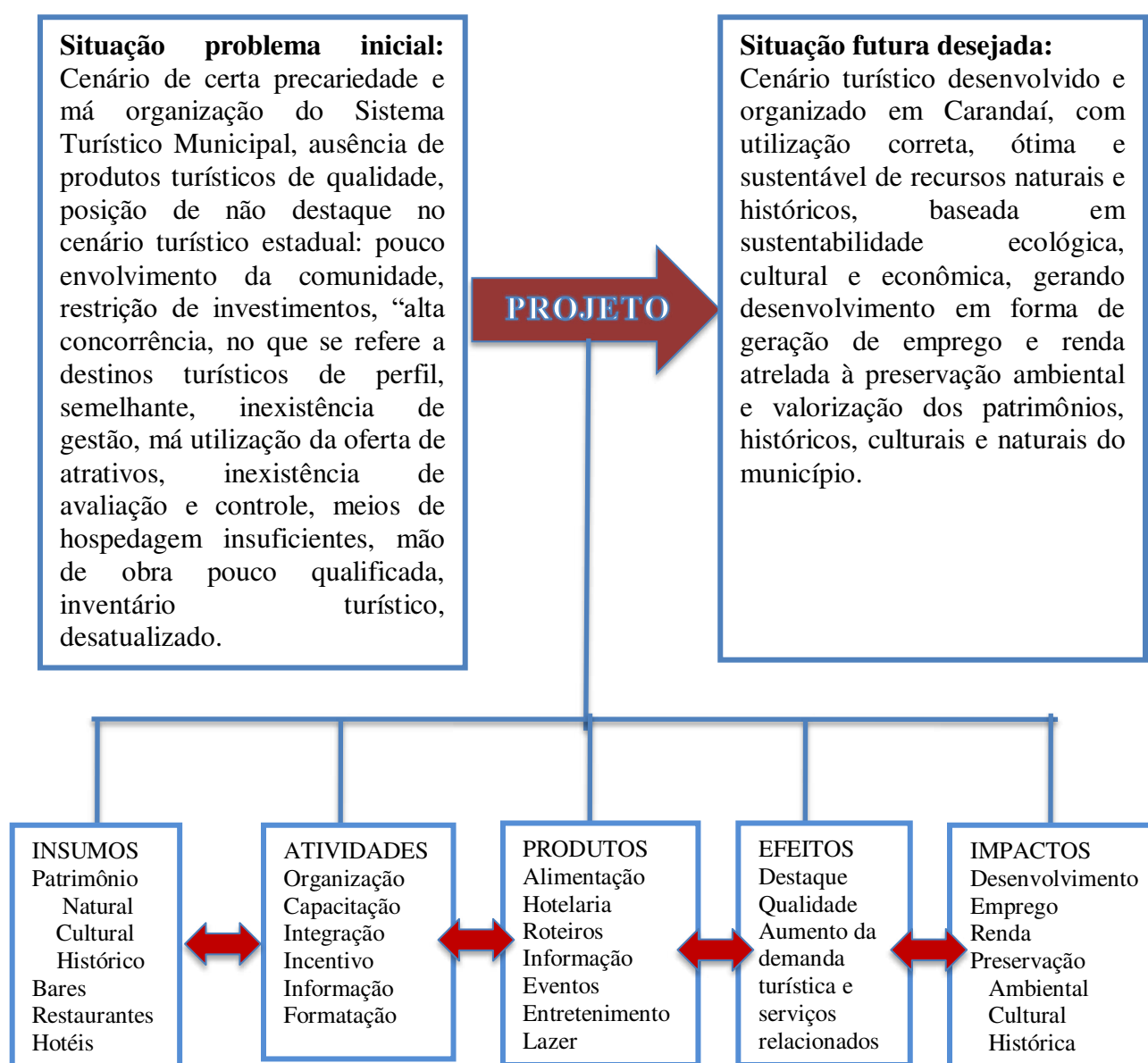
Por fim, foi estabelecido um cronograma de ações para os quatro anos aos quais se refere o Plano Municipal de Turismo. Em 2022, o Ministro de Estado do Turismo e a Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões por meio do Programa de Regionalização do Turismo e de seus Interlocutores Estaduais, reconheceram o Conselho Municipal de Turismo de Carandaí, registrado no Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro – SISMapa.



4.1 Cadeia Causal do Desenho de Política Pública

Conforme explicitado na seção 3, Metodologia, tomando como base a cadeia causal do desenho de política pública proposto pela Fundação Getúlio Vargas como método de avaliação de política pública, no contexto do Plano Municipal de Carandaí – MG 2022 -2026 pode-se descrever:

Figura 3 – Cadeia Causal Da Política Pública de turismo em Carandaí - MG



Fonte: Elaboração própria com base em FJP (2021).



4.2 Etapas do Desenho de Plano de Fomento ao Turismo

Quadro 3 – Etapas do Desenho do Plano de Fomento ao Turismo

Etapa	Descrição
1 Estudo diagnóstico	Matriz S.W.O.T. Fatores externos Oportunidades: Turistas todo ano, pesquisas de demanda turística, localização estratégica, potencial para desenvolvimento turístico, novos roteiros, desenvolvimento participativos isolados, cidade conhecida como “Celeiro de Minas”. Ameaças: Aumento de destinos semelhantes, restrição de recursos, pouco envolvimento da comunidade, inexistência de gestão, avaliação e controle. Fatores internos Forças: Cidade inserida no Circuito trilha dos Inconfidentes, pertencente a Estrada Real, Eventos por todo ano, artesãos organizados, recente melhoria de acesso a atrativos, possibilidade qualificação da mão de obra turística Fraquezas: Estrutura de hospedagem insuficiente e inadequada, recursos financeiros limitados, atendimento pouco qualificado, dificuldade de mobilização dos setores de bares e restaurantes, infraestrutura de apoio ao turismo de pouca qualidade, inventário turístico desatualizado.
2 Definição de objetivos	Promover a organização e o desenvolvimento sustentável do Sistema Turístico Municipal: integração da política, qualificação da mão de obra, fomento à cultura, implantar roteiros turísticos, ampliar a promoção turística (marketing), pesquisa e monitoramento da demanda turística
3 Implantação e execução	Mapeamento, sinalização, valorização do patrimônio, com incentivo ao uso para fins turísticos, implantar Centro de Informação ao Turista, programas de conscientização, criação da Casa de Cultura, encontros, seminários, cursos, atualizar inventário, divulgação, conscientização, parcerias, reformas.
4 Controle	Questionários e pesquisas sobre a demanda turística.
5 Avaliação	Não encontrados elementos relacionados à avaliação do Plano.

Fonte: Elaboração própria com base em Barreto (1991).

Nota: A análise SWOT foi inventada na década de 1960 por Albert Humphrey, consultor em gestão do instituto de pesquisas da Universidade de Stanford. Antes disso, o planejamento empresarial não era muito difundido. Análise SWOT (ou FOFA, na tradução do inglês). A ferramenta Análise SWOT é uma matriz que identifica as forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) de um negócio. Trata-se de uma ferramenta de gestão empresarial que ajuda o empreendedor a entender o seu negócio a partir de uma análise dos ambientes externo e interno, independentemente do porte da empresa. A avaliação dos quatro fatores que compõem a sigla SWOT tem grande importância para o sucesso e crescimento do empreendimento, uma vez que permite traçar um diagnóstico para a definição das metas, estratégias e ações para o negócio. Em outras palavras, a partir da análise, é possível tomar decisões mais acertadas, reduzindo riscos desnecessários (SEBRAE, 2023, P. 01).



4.3 Análise de Viabilidade de Objetivos

Análise dos objetivos do plano, com avaliação da viabilidade numa escala de 0 a 5. Sendo 0 nada viável e 5 totalmente viável

Quadro 4 – Análise de Viabilidade de Objetivos

Objetivo 1 – Integrar a política pública de patrimônio cultural à economia turística local		Nível de viabilidade 0 a 5
Limitações	Propulsores	4
- Falta de investimentos na preservação do Patrimônio Cultural - Resultado é construído a longo prazo	- Atores da economia turística cientes da importância do patrimônio cultural para suas atividades	
Objetivo 2 – Promover a qualificação da mão de obra do mercado turístico carandaiense		Nível de viabilidade 0 a 5
Limitações	Propulsores	4
- Falta de interesse por parte do público alvo	-Facilidade na contratação de instituições qualificadoras	
Objetivo 3 – Promover a integração da comunidade local junto à atividade turística		Nível de viabilidade 0 a 5
Limitações	Propulsores	3
- Resultado é construído a longo prazo - Pode existir resistência a novas ideias - População ainda não consciente da importância do desenvolvimento do turismo para a cidade	- Fácil acesso aos atores envolvidos na atividade turística. - Cadastramento de artesãos, quitandeiras, doceiras, queijarias, bares, restaurantes, etc.	
Objetivo 4 – Fomentar e apoiar eventos locais		Nível de viabilidade 0 a 5
Limitações	Propulsores	4
- Identificar novos atrativos locais - Pode existir resistências à investimentos em novos eventos no município	- Eventos locais já existentes e conhecidos	



Objetivo 5 – Implantar roteiros turísticos nos territórios rurais fortalecendo a identidade local de Celeiro de Minas		Nível de viabilidade 0 a 5
Limitações	Propulsores	3
- Estratégias para atrair o turista às áreas rurais inexistentes - Falta de profissionais capacitados para a criação das rotas	- Segmento de produção rural sólido na cidade - Aumento do número de turistas passando pela cidade - Diversificação de rotas ecológicas	
Objetivo 6 – Ampliar a promoção turística e monitorar a demanda do turismo local através de pesquisa e fortalecimento do marketing turístico local		Nível de viabilidade 0 a 5
Limitações	Propulsores	3
- Falta de uma identidade turística consolidada - Recursos limitados e falta de profissional capacitado para o marketing	- Localização privilegiada - Ponto de carimbo oficial da Estrada Real - Cidade pouco populosa, sendo viável aplicar questionários, por exemplo.	

Fonte: Elaboração própria

A análise de viabilidade dos objetivos do Plano Municipal de Turismo de Carandaí 2022 – 2026, muito embora utilize-se de números, não se apropria de parâmetros de caráter quantitativo, busca realizar apenas uma análise qualitativa, ainda bastante incipiente, baseada na experiência e conhecimento subjetivo da cidade.

Ainda que seja uma análise preliminar, é possível perceber que os objetivos estabelecidos pelo Plano e os fatores limitadores e propulsores identificados de cada um deles são capazes de gerar uma dinâmica que quando estimulada irá de encontro ao que a literatura apresenta em termos do efeito multiplicador do turismo e do desenvolvimento endógeno e local.

Uma vez fomentados e desenvolvidos os aspectos ali listados, objetivos, limitadores e propulsores, emergirão benefícios para além do setor do turismo, alcançando diversos outros setores tais como capacitação, alimentação, hotelaria. O que, por fim, se traduz num processo endógeno de mudança através da mobilização e exploração das potencialidades locais, elevando oportunidades sociais, ao mesmo tempo, em que assegura a conservação dos recursos naturais locais



5 CONCLUSÃO

Este trabalho tratou da criação do Plano Municipal de Turismo de Carandaí 2022 – 2026, cidade histórica do interior de Minas Gerais, descrevendo seus principais atributos, objetivos, estratégias e planejamentos.

Para tanto, desenvolveu uma fundamentação teórica sobre a evolução histórico-conceitual do turismo, discutiu temas como o efeito multiplicador do turismo e seus efeitos sobre o desenvolvimento local endógeno e sustentável, planejamento e fases da política pública de turismo, evolução e diretrizes da política pública do turismo no Brasil e no estado de Minas Gerais.

Assim, partiu para abordagem do Plano Municipal de Turismo de Carandaí 2022-2026 na perspectiva de uma pesquisa descritiva, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. O plano foi analisado através de três ferramentas, a cadeia causal de política pública, as etapas para o desenho de projetos de fomento ao turismo e o quadro de análise de viabilidade de objetivos.

Realizado este trabalho, foi possível se constatar que tal como exige a complexidade do tema turismo, e suas especificidades relacionadas à elaboração de políticas públicas voltadas ao fomento da atividade, o Plano apresentou uma abordagem sólida e coerente.

Quando analisado sob a luz da cadeia causal de políticas públicas, foi possível identificar a contemplação de todas as partes da estrutura da cadeia. Houve completo diagnóstico da situação problemática atual, refletida num cenário de certa precariedade e má organização do Sistema Turístico Municipal, ausência de produtos turísticos de qualidade e posição de “não destaque” no cenário turístico estadual. E, da situação futura desejável, como um cenário turístico desenvolvido e organizado, com utilização correta, ótima e sustentável de recursos naturais e históricos, baseada em sustentabilidade ecológica, cultural e econômica, gerando desenvolvimento. No que tange ao projeto, elo que deslumbra a condução da situação problemática atual à situação futura desejada, também foi possível identificar claramente todas as estruturas previstas na cadeia causal: insumos, atividades a serem realizadas, produtos, efeito e impactos. Permitindo a conclusão de que o Plano é suficientemente sólido e coerente para conduzir os processos necessários ao alcance dos objetivos que pleiteia: desenvolvimento, renda, emprego, preservação ambiental, cultural e histórica.

Abordado sob a perspectiva das etapas do desenho de planejamento para o fomento do turismo, o Plano Municipal de Turismo de Carandaí 2022-2026 também permitiu a definição clara das etapas, mostrou-se coerente e sólido no que tange ao diagnóstico, através da matriz S.W.O.T (oportunidades, ameaças, fraquezas e forças), à definição dos objetivos, em termos gerais, promover a organização e o desenvolvimento sustentável do Sistema Turístico Municipal e à implementação, com ações muito bem definidas: mapear, sinalizar, valorizar, implantar, atualizar. No que se refere às etapas de monitoramento e avaliação, talvez ainda seja necessário alguns ajustes e aprofundamentos que sejam capazes de explicitar melhor as ações e ferramentas que serão capazes de efetivar tais etapas, tais como, no caso do monitoramento, instrumental e formatação de pesquisa (questionários, por exemplo) e indicadores (como nível de emprego e renda, nível de visitação ou hospedagem); e, no caso da avaliação, periodicidade, participantes e diretrizes dos processos de avaliação (reuniões, questionários, etc.).

Por fim, quanto ao quadro de avaliação da viabilidade dos objetivos, foi possível concluir que os mesmos estão bem fundamentados na realidade de Carandaí, no que diz respeito



à sua factibilidade, uma vez que todos se mostram pelo menos com possível viabilidade maior que 60%.

De modo geral, toda a análise aponta para coerência do Plano com a teoria envolvida e com as especificidades e complexidade da realidade municipal, mineira e nacional. Para etapas bem definidas e um desencadeamento de causas e efeitos conforme previstos, capazes de gerar a situação futura desejada, o desenvolvimento local, com incrementos na renda e emprego, e a preservação cultural, histórica e patrimonial esperada. Sendo necessário, no entanto, algum aprimoramento no que se refere ao monitoramento e avaliação do sucesso do plano.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margaritta. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BARRETO, Margaritta. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia A. da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: 2002. p. 181-192.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2ª ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 1998.

Binfare, P. W., Castro, C. T., Silva, M. V., Galvão, P. L., & Costa, S. P. (2015). **Planejamento turístico: Aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo**. Postgraduate Program in Tourism of the Federal University of Rio Grande do Norte, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Retomada do Turismo**, 2020. Disponível em: < <https://retomada.turismo.gov.br/>> Acesso em 20 jan. 2024,

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

CARANDAÍ. **Lei Nº 1972/2011**. Cria o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR e Institui o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR do Município de Carandaí, dando outras providências. Carandai: 2011.



CARANDAÍ, **Lei nº 2352/2020**. Altera A Lei Municipal Nº 2133/2014, Que “Dispõe Sobre A Organização, A Estrutura Orgânica E Os Procedimentos Da Administração Do Município De Carandaí”. Carandaí: 2020.

CARANDAÍ. Disponível em: <https://www.carandai.mg.gov.br/>. Acesso em 16.01.2024.

CORIOLOANO, Luzia Neide. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, Anderson Pereira; SEABRA, Giovanni de Farias; QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

COSTA, Helena Araújo. **Programa nacional de municipalização do turismo: Uma análise estratégica, Brasília: UNB, 2003.**

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Avaliação de políticas públicas: por onde começar? Um guia prático da metodologia do marco lógico**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

HANAI, Frederico Yuri. **Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2011.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

KNUPP, M. E. C. G.; MAFRA, F. L. N. Redes do Turismo: uma análise da política de turismo do estado de Minas Gerais - Brasil. **Turismo em Análise**, v. 23, n. 3, p. 663-690, 2012.

LENZ, Talita Cristina Zechner. **Teoria Geral do Turismo**. Indaial: Uniasselvi, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Gestão Descentralizada do Turismo**. Disponível em <<http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/>>. Acesso em 16 Mar. de 2012.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves. PIMENTEL, Thiago Duarte. **Avaliação política da política de estado de turismo de Minas Gerais**. Revista Acadêmica observatório de inovação do turismo, 2019.

PINTO, Débora Regina Garcia. **Fenomenologia do turismo**. Fortaleza: IFCE/UAB, 2010.

OMT. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OMT. Disponível em: <<http://www.unwto.org/ethics/index.php>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SANTOS, Marivan Tavares dos. **Fundamentos de turismo e hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.



SEBRAE. **Conheça a análise S.W.O.T.** 2023. Disponível em :

<<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/conheca-a-analise-swot,202f64e8feb67810VgnVCM1000001b00320aRCRD>> Acesso em mar. 2023.

SECULTMG. ICMS Turismo, 2019. Disponível em <<https://www.secult.mg.gov.br/programas-e-acoes/icms-turismo>> Acesso em 25 fev. 2024.

SETTE, Isabela Rosa. VALLE, Maria Izabel Marques do Valle, COUTINHO, Marcela Pimenta Campos. **O Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma abordagem da política pública estadual de turismo.** Turismo em análise, Vol. 25, n. 03, 2014.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. As políticas públicas e a nova configuração territorial do Turismo no Brasil. In: SOUZA, Maria José (org.). **Políticas Públicas e o lugar do Turismo.** Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Geografia e Ministério do Meio Ambiente, 2002.

SILVA, Marina Duarte Gomes. MIRANDA, Elis de Araújo. **Planejamento do turismo para o desenvolvimento local.** Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 2, n. 2, p. 94-103, jul./dez. 2013.